



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Ao quarto dia do mês de outubro de 2022 foi realizada a sexta assembleia ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Volta Redonda. Estiveram presentes Marcione Oliveira (representante da Câmara Setorial de Cultura Urbana), Josinete Pinto (representante da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e Direitos Humanos), Marlene Mota (representante da Secretaria Municipal de Ação Comunitária), Eliana B. Martins (representante suplente da Secretaria Municipal de Ação Comunitária), Cristina Cruz (representante da Câmara Setorial de Movimentos Sociais), Brunu Marchetti (representante da Comissão do Audiovisual), Carlos Eduardo de Oliveira (representante da Comissão do Audiovisual), Anderson de Souza (Secretário Municipal de Cultura/representante da SMC), Rosangela P. Cruz Franco (representante da FEVRE), Erasmo Quiricci (representante da Comissão do Audiovisual), Margot Ramalhete (presidente do CMPC-VR/representante da Câmara Setorial de Artesanato), Ronel Leal (representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão), Pedro Antonio Francisco (representante da Câmara Setorial de Cultura Afro), Clarisse Netto (representante suplente da Secretaria Municipal de Cultura), Caterina Galiotto Piloto (secretária do CMPC-VR/representante da Câmara Setorial de Patrimônio) e Heloísa Saletti (estagiária no projeto Cidades, Culturas e Coletivos/UFF).

A reunião foi iniciada pela presidente Margot Ramalhete com a eleição para composição da mesa diretora, através do preenchimento do cargo de secretária/o. O conselheiro Marcione de Oliveira se candidatou e foi eleito por aclamação, portanto, como 2º secretário do CMPC-VR.

Foi criado o cronograma de reuniões e fóruns a serem realizados: reunião setorial de cultura urbana no dia 11/10, reunião setorial de literatura no dia 18/10, reunião setorial de música no dia 25/10, reunião setorial de artesanato no dia 13/10 e fórum de artesanato no dia 04/11. Quando colocada a necessidade de reunião setorial da Associação de Moradores, o conselheiro Marcione se posicionou a favor da exclusão da setorial, visto a falta de mobilização. Chegou-se ao consenso de que o CMPC-VR irá oficializar as Associações de Moradores questionando sobre a participação e representação no CMPC-VR, para avaliação posterior da manutenção ou exclusão da setorial.

Discutiu-se sobre as sugestões de alterações da lei do CMPC-VR, e a conselheira Caterina Piloto colocou a necessidade de inserir as alterações demandadas no momento da reformulação do Regimento Interno, além da necessidade da criação da Câmara Setorial de Audiovisual. Carlos Eduardo de Oliveira acrescentou a demanda oriunda do Fórum Intermunicipal do Audiovisual da criação da Câmara Setorial da Cultura Nerd, afirmando que esse campo cultural é vasto e diverso. O Secretário de Cultura Anderson de Souza argumentou que o setor da cultura nerd será inserido no cadastro municipal de forma a diagnosticar sua adesão no município.

O Secretário Anderson de Souza elucidou que no Fórum Intermunicipal do Audiovisual houve a composição da Comissão do Audiovisual, um grupo de trabalho que irá realizar a representação do segmento junto ao CMPC-VR e à SMC enquanto não for criada a setorial de Audiovisual e eleitos seus representantes, tendo em vista a urgência da Lei Paulo Gustavo (LPG). Carlos Eduardo de Oliveira relatou que a Comissão realizou uma reunião, onde vislumbraram propostas e atingiram consensos para as formas de aplicação dos recursos oriundos desta Lei. Erasmo Quiricci acrescentou que o setor está se

orientando e organizando principalmente via grupo de WhatsApp e online, por conta da maioria dos integrantes do setor audiovisual exercerem suas funções profissionais fora da cidade. Relatou, referente ao inciso I do Art. 6º da LPG, a inviabilidade da produção de longa metragens e a definição por priorizar a produção de curta-metragens de até 15 minutos, assim como os documentários, estes divididos em 30% em filmes de ficção e 70% em filmes sob o tema do resgate da memória. Colocou que deve ser utilizado o formato de premiação das/os proponentes, quando estes forem jovens e estudantes da rede pública de ensino, amadores e/ou que não possuem portfólio. Outra categoria de subsídio será destinada a profissionais que têm em seu portfólio produções mais elaboradas. No que corresponde ao inciso II do Art. 6º, sobre o apoio destinado a cinemas de rua, foi definido que será priorizado o Cine 9 de Abril e o Teatro GACEMSS, não excluindo a possibilidade de participação das redes de cinemas do município, ficando a ser resolvida a contrapartida, que deverá dialogar com o público alvo e rede de ensino público. A respeito do inciso III do Art. 6º, que discorre sobre formação, capacitação no audiovisual e apoio a cineclubes, festivais e mostras, definiu-se que o investimento será dividido de forma paritária entre a realização de festivais e atividades de formação. Estes, levando em consideração, sobretudo, temas sobre a história e a memória da cidade e, aqueles, através de premiação de projetos continuados. Foi reforçado que produções que trabalhem temáticas socioculturais e sobre o município serão priorizadas, indicando que é uma prerrogativa descentralizar o alcance dos fomentos, através da abrangência de áreas periféricas, ocupação nas escolas estaduais, em vista da faixa etária do público alvo, e da formação nos bairros, sendo eles o centro das narrativas.

Iniciou-se a relatoria das demais reuniões setoriais tendo como foco a aplicação da Lei Paulo Gustavo. A conselheira Cristina Cruz colocou como principal demanda oriunda da reunião setorial de Movimentos Sociais a realização de um festival de economia solidária, de forma que possa englobar as demais setoriais do CMPC-VR. A conselheira Josinete Pinto propôs que haja diálogo com a memória, a cultura negra e os povos tradicionais. O conselheiro Marcione de Oliveira acrescentou informações sobre a culinária afetiva trocadas na reunião, onde se relatou a necessidade de criar condições para processar as toneladas de frutas produzidas nas árvores da cidade, fomentando alimento e a diminuição de geração de lixo. A presidente Margot Ramallete relatou sobre a reunião setorial de artesanato indicando, para os recursos da LPG, a produção de festivais, com a inclusão da economia solidária. Indicou ser uma necessidade o olhar para a efetivação e circulação da moeda Arigó. A conselheira Caterina Piloto relatou o encontro setorial de Patrimônio e Cultura Afro - religiões de matrizes afro-brasileiras, pontuando a demanda de premiação de mérito cultural para as lideranças das casas religiosas e a desobrigação de prestação de contas, sendo justificadas pela minuciosidade das especificidades do uso do subsídio para as práticas religiosas. Demandou-se que a execução da contrapartida cultural deverá ser através de atividades de formação sobre a cultura afro-brasileira em espaços públicos. Também foi colocada a priorização dos centros e terreiros religiosos em detrimento de espaços culturais que possuem financiamento e remuneração garantida (como aulas, apoios, etc.). Erasmo Quiricci reiterou a necessidade da Setorial do Patrimônio estar atenta aos patrimônios materiais, visto que há um processo de destruição e descaracterização da identidade e da memória da cidade enquanto uma company town. Colocou que no setor do audiovisual existe um grupo de jovens buscando a ressignificação da ocupação dos espaços públicos e do resgate dessa identidade.

A conselheira Josinete Pinto informou que esteve presente em seminário sobre patrimônio da Diocese e que foi exaltada a falta de participação e representatividade das pessoas na constituição desse patrimônio.

Não havendo maiores considerações, a assembleia foi encerrada.

Encaminhamentos

1. Agenda de reuniões: reunião setorial de cultura urbana no dia 11/10; reunião setorial de literatura no dia 18/10; reunião setorial de música no dia 25/10; reunião setorial de artesanato no dia 13/10 e fórum de artesanato no dia 04/11. Horários a definir e divulgar.

2. O CMPC-VR irá oficializar as Associações de Moradores questionando sobre a participação e representação no CMPC-VR.

Relatoria: Caterina Piloto